

UMA ABORDAGEM DISCURSIVA DA VOZ GOVERNAMENTAL NA MÍDIA IMPRESSA: ENUNCIÇÃO E POLIFONIA

Cláudia da Conceição Santos
Décio Orlando Rocha
Maria del Carmen F. González Daher
Mônica de Castro Guimarães
Vera Lúcia de A. Sant'Anna

Este trabalho tem por objetivo central a explicitação do caráter polifônico das marcas de pessoa empregadas num gênero discursivo específico: pronunciamentos oficiais proferidos em entrevista coletiva concedida a agentes da mídia impressa de formação / informação. Enfatizamos, desse modo, tanto o gênero que define o objeto de nossas análises (pronunciamento oficial), quanto o suporte por intermédio do qual este se inscreve (mídia impressa), uma vez que consideramos tratar-se de elementos que, longe de se constituírem como acidentais, assumem um papel constitutivo no interior de uma dada formação discursiva.

Para a consecução dos objetivos a que nos propomos, iniciaremos pela descrição do *corpus* escolhido para análise, especificando os elementos de ordem teórica que serviram de suporte à investigação. A seguir, procuraremos reconstituir os momentos centrais da análise de dados a que procedemos, detendo-nos na investigação de três marcas lingüísticas presentes no corpus: “eu”, “nós” e “vocês”. À guisa de conclusão, recuperaremos algumas das contribuições centrais do trabalho, acrescentando, a seguir, novas pistas de análise que se abrem, a exemplo do papel de grande relevância que parecem desempenhar os enunciados negativos.

1. Quadro teórico-metodológico

Como corpus de análise, optamos por trabalhar com a voz governamental em pronunciamento feito à mídia, proferido pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. O referido pronunciamento versava sobre a votação da reforma da *Previdência, ocorrida na véspera, e* foi publicado na íntegra pela *Folha de São Paulo* de 08/05/1998. Como interlocutores imediatos, destacamos o lugar ocupado pelos repórteres, presentes no momento do pronunciamento presidencial, e que desempenham também o papel de intermediários na transmissão do referido pronunciamento ao povo brasileiro: o pronunciamento é transcrito em sua versão integral.

Diante de tal quadro empírico, responsável por uma primeira aproximação das condições de produção do pronunciamento presidencial, interessamo-nos por investigar de que modo se construíam discursivamente os

atores da locução discursiva, isto é, de que modo se inscreviam os interlocutores em tal situação.

Para tal fim, buscamos na teoria polifônica de O. Ducrot argumentos de base teórica relativos aos seguintes conceitos: marcas de pessoa (entendidas como lugar por excelência da inscrição do sujeito em sua produção discursiva) e distância entre “locutor” e “enunciador”. A importância que atribuímos às marcas de pessoa decorre de algumas pistas que seguimos: inicialmente, percebemos que, ao se instituir discursivamente como locutor, este recorria a diferentes marcas lingüísticas (“eu”, “nós”) – variação que não parecia ser desprovida de significação, devendo, portanto, veicular a produção de diferentes efeitos de sentido; a seguir, pareceu-nos claro que tais marcas se apresentavam como essencialmente polifônicas, tendo em vista, por exemplo, os diversos efeitos produzidos por intermédio de “eu” ou “nós”, assim como as diferentes possibilidades que se instauravam para a forma lingüística referente à inscrição do interlocutor desse discurso (“vocês”).

2. Análise dos dados

Os elementos de análise que aqui apresentamos não tomam por base qualquer critério de ordem quantitativa. Neste sentido, não nos ateremos à frequência de cada marca lingüística, cuja função consiste em explicitar o lugar do locutor (“eu” e “nós”). Pretendemos tão-somente levantar pistas de análise que vieram à luz por intermédio da discussão dos diferentes modos de inscrição do locutor e, para tal fim, pareceu-nos suficiente a constatação de que o locutor se inscreve preferentemente por intermédio da marca “nós”. Como veremos adiante, dizer que o locutor se inscreve preferentemente por intermédio da marca “nós” ainda não basta, uma vez que este “nós” apresenta-se cindido em duas diferentes imagens.

Iniciaremos nossa análise pela investigação da marca lingüística “eu”, passando, a seguir, à inscrição do locutor em “nós”; trataremos, finalmente, da marca lingüística pela qual se inscreve o interlocutor (“vocês”).

2.1 Enunciados nos quais o locutor se inscreve por intermédio de “eu”

Dentre as ocorrências da marca lingüística “eu”, transcrevemos os seguintes fragmentos¹:

¹ Em negrito, destacamos as marcas lingüísticas relevantes para nossa análise.

1. “**Eu queria** conversar, por intermédio de vocês, com o Brasil ...”
2. “Por que **eu estou** dizendo tudo isso?”
3. “O país já **me** conhece, **eu não cedo** um milímetro em função de questões eleitorais.”
4. “**Eu não vou** esmorecer, **eu vou** continuar brigando, **vou** continuar lutando.”
5. “**Reafirmo**, aqui, o **meu** pedido aos deputados da base: que votem.”
6. “**Eu quero** votação na quarta-feira da semana que vem, e **quero** ver, realmente, porque aí, sim, vêm as eleições e **quero** ver quem está do lado de cá, quem está do lado de lá.”
7. “Com toda tranqüilidade **eu direi** ao país que **não quero** o apoio daqueles que **não apoiaram** o país, mas **quero** e muito, o apoio dos que estão apoiando o país, e **quero** que mais gente venha apoiar o país.”

Sob a aparente univocidade desse “eu” que se manifesta nos diferentes fragmentos que transcrevemos, percebemos, na realidade, a presença de uma dupla posição enunciativa: por um lado, enunciados em que esse “eu” se apresenta com uma maior força de injunção e, por outro, enunciados de menor força impositiva. Com efeito, os fragmentos 1 e 2 são representativos desse último valor, no qual o enunciado detém uma menor força injuntiva. Já os demais fragmentos são ilustrativos de uma maior força de injunção, a qual poderia ser explicada pela presença das seguintes marcas lingüísticas: recurso a orações coordenadas assindéticas (fragmentos 3 e 4), enunciados expressando a vontade (ou o desejo) do locutor, com o emprego de verbos no subjuntivo (fragmento 5), repetição de um mesmo segmento lingüístico e reiteração de conectivos em orações coordenadas (fragmentos 6 e 7).

2.2 Enunciados nos quais o locutor se inscreve por intermédio de “nós”

Apresentamos a seguir alguns fragmentos ilustrativos da inscrição do locutor em “nós”:

8. “E, na pior das hipóteses, ontem, **nós tínhamos** 309 votos.”
9. “Ontem **vencemos** com 325 votos uma votação importante ...”
10. “Porque **nós vamos continuar** lutando e **vamos ganhar**.”
11. “Devo também lhes dizer que **nós não vamos parar** com esta reforma não.”
12. “**Nós vamos vencer** porque o Brasil não tem como não vencer essa parada.”

13. *“Eu queria conversar, por intermédio de vocês, com o Brasil, a respeito da reforma da Previdência, para que **nós não tenhamos** percepções precipitadas nem **diminuamos** o impacto que possa ser negativo, mas também que **nós não exageremos** a respeito dos fatos ocorridos.”*

14. *“... é preciso deixar claro que ontem havia condições de vitória em cima da votação na matéria da Previdência, para que **nós não pensemos** que existe aí, digamos, desagregação da base, nem coisa nenhuma.”*

15. *“Então **não vamos fazer** especulação ...”*

16. *“Essa lógica de interesse político é uma pobre lógica, porque nesse momento, **nós devíamos pensar** no Brasil.”*

Do mesmo modo que pudemos verificar uma duplicidade de efeitos de sentido nos enunciados construídos em “eu”, tivemos acesso, por ocasião do levantamento das ocorrências de “nós”, a uma dupla inscrição: enunciados em “nós” que incluíam a presença do locutor e enunciados em “nós” nos quais o locutor se encontrava ausente.

Com efeito, sob a aparente uniformidade desse “nós”, pareceu-nos possível sustentar a presença de duas posições enunciativas. Nos fragmentos 8 a 12, um “nós” que inclui o locutor, uma vez que o locutor fala de um lugar marcado pelas alianças que é capaz de estabelecer, de um lugar que se caracteriza, acima de tudo, pela construção de uma imagem de grupo remetendo a uma dada formação discursiva: o grupo que obteve um número determinado de votos na eleição e que se dispõe a lutar, a continuar lutando, a dar continuidade à reforma da Previdência, enfim, o grupo que, identificando-se à própria imagem da nação, tem a certeza de que vencerá.

Já nos fragmentos 13 a 16, assistimos à presença de um “nós” que, em tese, exclui a presença do locutor, tendo em vista que este não pode identificar-se com aqueles que têm percepções precipitadas e exageram a respeito dos fatos ocorridos (fragmento 13); com os que pensam que está havendo desagregação da base (fragmento 14); com os que fazem especulação (fragmento 15) e apenas seguem a lógica do interesse político, esquecendo-se dos interesses do Brasil (fragmento 16).

2.3 Enunciados nos quais há a presença de “vocês”

No pronunciamento presidencial sobre o qual trabalhamos, poucas são as ocorrências de marcas lingüísticas a serviço da inscrição do interlocutor.

Tendo em vista as próprias condições de enunciação do pronunciamento presidencial, a saber, entrevista coletiva concedida à imprensa, visando à avaliação de um momento da história política brasileira, o lugar ocupado pelo interlocutor fraciona-se num duplo espaço: por um lado, o

espaço dos repórteres que registram o pronunciamento proferido; por outro, a população brasileira, representada na figura dos leitores do jornal que, por intermédio do trabalho dos repórteres, tomarão posteriormente conhecimento do discurso presidencial.

Tal duplicidade da figura do interlocutor pode ainda ser descrita da seguinte forma: a divulgação do pronunciamento presidencial vem, na realidade, condensar duas situações distintas no tempo e no espaço. Com efeito, a notícia publicada, incluindo a versão integral do pronunciamento presidencial, coloca em cena, por um lado, uma situação de enunciação primeira, na qual o presidente se dirige aos repórteres e, por outro, a interação verificada entre os responsáveis pelo jornal e o público leitor.

A dupla situação de enunciação a que nos referimos exercerá um papel determinante na inscrição do interlocutor: em alguns enunciados, este estará representado essencialmente pela figura do repórter; em outros, é a imagem do povo brasileiro que se privilegia; em alguns enunciados, ainda, tal imagem é fundamentalmente ambígua, podendo simultaneamente remeter ao repórter ou à totalidade do povo brasileiro.

Selecionamos, a seguir, alguns fragmentos ilustrativos de cada uma das imagens de interlocutor que pudemos recuperar no decorrer de nossa análise:

“Vocês” predominantemente voltado para os repórteres:

17. *“Eu queria conversar, por intermédio de **vocês**, com o Brasil.”*

18. *“... o ministro está aqui comigo, o ministro da Previdência, e depois poderá esclarecer se **vocês** precisarem de esclarecimento.”*

“Vocês” predominantemente voltado para o povo brasileiro:

19. *“Não por razões de retaliação, que não é o meu estilo, mas para dizer ao país: **não contem** com aqueles que votaram contra **vocês**, e eu direi isso.”*

“Vocês” predominantemente plurissêmico:

20. *“Devo também **lhes** dizer que nós não vamos parar com esta reforma não.”*

21. *Vejam **vocês**, no caso aqui se pedia que a idade mínima de **aposentadoria fosse 48 anos para mulheres ...**”*

A partir da análise dos fragmentos selecionados, percebemos a presença de enunciados que colocam em cena, sem qualquer ambigüidade, o interlocutor-repórter, como é o caso dos fragmentos 17 e 18. Nestes, parecemos suficientemente explícita a referência feita a um ator social que servirá

de intermediário na interação entre o presidente e o povo (fragmento 17), assim como a referência ao ator que, estando presente no momento mesmo do pronunciamento presidencial, poderá solicitar esclarecimentos adicionais ao ministro da Previdência, o qual também se encontrava presente na ocasião.

O fragmento 19 parece caracterizar-se por uma orientação mais direta ao interlocutor-povo brasileiro. Afinal, não é apenas dos interesses do repórter que se trata quando o locutor se refere, em tom de acusação, àqueles que “votaram contra vocês”. Percebe-se, deste modo, uma certa “antecipação” de uma situação de enunciação que ainda ocorrerá, uma vez que o locutor está ciente dos desdobramentos posteriores ao pronunciamento proferido, a saber, sua divulgação junto ao público leitor.

No que diz respeito aos fragmentos 20 e 21, queremos desde já ressaltar que nossa opção por incluí-los numa categoria que denominamos “plurissêmica” justifica-se pelo fato de os mesmos não pertencerem ao mesmo tipo de enunciados apresentados nos fragmentos 17 e 18, onde a referência feita ao repórter era inequívoca. Deste modo, julgamos lícito supor que a insistência no tema da reforma da Previdência e a menção feita à idade mínima para aposentadoria do segmento feminino da população brasileira sejam matéria que, visando, certamente, ao esclarecimento da posição assumida pelo presidente da República junto ao grupo de repórteres, se destine basicamente ao conjunto da população.

3. Conclusão

À guisa de conclusão, retomamos alguns dos resultados possibilitados pela análise a que procedemos e anunciamos uma nova etapa de investigação, cuja pertinência nos foi revelada ao final do presente trabalho.

Em primeiro lugar, cumpre destacar a diversidade das marcas lingüísticas recuperadas no plano do locutor (inscrição em “eu” e “nós”). Tal diversidade nos remete ao que poderíamos considerar como pertencendo ao plano das estratégias discursivas em ação no pronunciamento presidencial.

Pudemos ainda perceber a natureza essencialmente polifônica no plano do enunciador (diferentes pontos de vista sustentados por “eu” e “nós”) e também do interlocutor (“vocês”). A observação do fato vem acentuar a distância que separa, por um lado, o signo enquanto presença no interior do sistema lingüístico e, por outro, seus múltiplos efeitos no plano discursivo.

A análise de nosso *corpus* permitiu-nos ainda a depreensão de uma nova pista de investigação: o papel desempenhado pelos enunciados negativos. A pertinência de tal investigação justifica-se inicialmente pela grande frequência de negações: nos fragmentos que selecionamos, há 16 ocorrên-

cias, o que já nos parece bastante significativo. No entanto, não é apenas por questões de ordem quantitativa que decidimos seguir essa pista. Há, pelo contrário, fortes evidências de que o aprofundamento de tal discussão poderá contribuir qualitativamente para uma releitura dos resultados obtidos até o momento.

A razão pela qual julgamos produtiva essa nova entrada no *corpus* reside nas contribuições possibilitadas por O. Ducrot acerca dos enunciados negativos e, em especial, sobre a chamada “negação polêmica”. Definida por Ducrot como sendo aquela que coloca em cena não um locutor, mas um enunciador responsável por uma afirmativa virtual implícita, a negação polêmica parece constituir uma via de acesso às diferentes vozes que se instituem no pronunciamento presidencial estudado. Com efeito, reconhecer o valor de uma negação polêmica implica tornar explícito o choque de, pelo menos, duas perspectivas antagônicas: o ponto de vista assumido por um primeiro enunciador que se identifica com o locutor e o ponto de vista de um segundo enunciador, cuja posição seria combatida pelo locutor. A esse respeito, podemos supor, a título de hipótese a nortear futuras indagações, que o ponto de vista depreendido por intermédio do enunciador colocado em cena nos enunciados negativos coincidiria com o dos opositores no campo político. Assim sendo, explicitar os diferentes enunciadores por intermédio das negações polêmicas seria um caminho promissor no que concerne ao refinamento da análise até aqui realizada, uma vez que tornaria possível a captação de outras imagens de interlocutor do referido **pronunciamento**.

Referências bibliográficas:

DUCROT, O. (1987) *O dizer e o dito*. Campinas : Pontes.

FOLHA de São Paulo de 08/05/1998.

MAINGUENEAU, D. (1989) *Novas tendências em análise do discurso*.

Campinas : Pontes.

ROCHA, D. O. S. (1998) “Polifonia em enunciados negativos: vozes que habitam o dizer ‘não’”. *D.E.L.T.A.*, vol. 14, nº 1, São Paulo : EDUC.